

QUILOMBOS: SIGNIFICAÇÕES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Rosemária Joazeiro Pinto de Sousa¹
UESB

Dinalva de Jesus Santana Macêdo²
UESB/UNEB

Resumo: Este texto traz um recorte da minha pesquisa de Mestrado em andamento que pretende analisar de que maneira as práticas educativas das escolas influenciam na construção da identidade étnico-racial dos estudantes quilombolas da região de Maniaçu-Caetité/Ba. Para pesquisar em escolas que atendem estudantes quilombolas, tendo em vista conhecer a influência da educação formal no processo de construção identitária desses alunos, é importante compreender os mecanismos de resistência da população negra ao longo da nossa história, assim como estudar a formação dos quilombos, entre outras formas de organizações coletivas negras de resistência. A maior parte das comunidades quilombolas estão localizadas na região Nordeste do Brasil, sendo o estado da Bahia o que concentra a maior quantidade de comunidades reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Nesse sentido, apresentamos neste artigo um estudo da história dos quilombos no Brasil, seguidas pelas formações desses focos de resistência na Bahia e por último, as comunidades remanescentes de Caetité em pleno sertão baiano. Conhecer os quilombolas e seu cotidiano é a maneira como a escola promoverá a inclusão desses sujeitos nas suas práticas. O mapeamento dessas comunidades fortalecerá as proposições de políticas públicas como ações reparatórias para inclusão dos sujeitos marginalizados socialmente ao longo da nossa história.

Palavras-chave: Bahia. Brasil. Caetité. Identidade. Quilombolas.

Quilombos no Brasil, na Bahia e em Caetité¹

As marcas da trajetória de vida dos afrodescendentes, desde a escravidão e expatriação dos ancestrais em quase quatro séculos, mostram que eles foram capazes de criar inúmeras estratégias de sobrevivência e de resistência no novo mundo, entre as quais se destacam as fugas, a compra e conquista de territórios para a formação de quilombos e a formação de grupos dentro da sociedade a favor da abolição e da libertação de escravizados.

Os quilombos começam a surgir quase que paralelo à escravidão no Brasil. Onde tivessem negros escravizados surgiriam os quilombos como uma das formas de resistência e rebeldia contra as forças opressoras do regime escravista. O conselho ultramarino fez uma definição de quilombo, ‘onde haja dois ou três paus e servirem para eles morarem é um quilombo’. Geralmente são lugares afastados para os mesmos poderem se proteger, sendo

¹ Mestranda em Educação. PPGED - UESB. Docente da UNEB – Campus VI – Caetité/BA. Email – rosejua3@yahoo.com.br

² Doutora em Educação e Contemporaneidade. PPGEduc – UNEB. Docente da UNEB – Campus XII_ Guanambi-BA/PPGED/UESB. Email – dinalvamacedo@hotmail.com

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



lugares estratégicos para que pudessem perceber a chegada dos que os ameaçavam com tentativas de capturas. Foi nos quilombos que os negros escravizados nos séculos XVII e XVIII buscavam viver com dignidade. Eram nesses espaços que eles buscavam resgatar os hábitos e costumes deixados na África, ali nasceu a base da nossa cultura Afro-brasileira.

Segundo Kabengele Munanga (2009) a palavra quilombo é uma forma adaptada para a língua portuguesa da palavra africana *kilombo* que se trata de uma organização sócio-política militar que era presente na área geográfico-cultural Congo-Angola. O mesmo autor afirma que, em seu conteúdo, o *kilombo* afro-banto, foi de certa forma, reconstruído em território brasileiro como uma forma de oposição ao sistema escravista, porém com características específicas que foram se desenvolvendo no contato com outros povos e outras culturas.

A maioria das terras quilombolas nos dias atuais está nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, tudo a ver com a produção açucareira do período da escravidão. O mais famoso dos quilombos foi o Quilombo de Palmares que tinha como líder principal Zumbi. Era tão famoso no Brasil e internacionalmente que se tornou uma grande ameaça ao regime.

Os quilombos da época da escravidão direta ou indiretamente deram origem às comunidades quilombolas que temos hoje, nos diversos sentidos dados a essas organizações que conhecemos atualmente. É importante enfatizar que não acreditamos na existência de uma “pureza” da cultura africana dentro das comunidades quilombolas, e muito menos negar o que se mantém da cultura e tradição das simbologias sociais construídas historicamente.

A ressignificação da concepção de quilombo e o fortalecimento dos grupos constituídos permitiram a um grande número de comunidades negras reivindicar o autorreconhecimento pela certificação das comunidades como quilombolas, a regularização das terras ocupadas tradicionalmente e a criação e implementação de políticas públicas específicas, seja no que tange à busca por melhoria na qualidade de vida das comunidades, seja na educação, como no combate ao racismo de modo em geral, que sempre foi um poderoso instrumento para a marginalização desses povos na escola, como na sociedade, tanto a nível nacional como internacional.

Nesse sentido, o grande destaque é a promulgação da Constituição Federal de 1988, que inaugura uma nova era, quando passa a considerar os quilombolas como sujeitos de direitos, o racismo como crime inafiançável e imprescritível, e as manifestações culturais como um bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. A partir desse contexto, o Decreto 4887/03 regulamenta

o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por



comunidades remanescentes de quilombos em seu artigo 2º, define comunidades remanescentes de quilombos como ‘os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida’ (BRASIL, p.01, 2003).

Não se sabe ao certo quantas comunidades quilombolas existem hoje. Muitas estão regularizadas pela Fundação Cultural Palmares, outras tantas não. Uma característica peculiar dos quilombolas do passado é que eles sempre recebiam e se juntavam a outras minorias também exploradas pelo sistema como índios, foragidos, desertores.

Segundo a Fundação Cultural Palmares, no Brasil, conforme dados atualizados pela portaria 138 de 02/08/19 existem 3386 comunidades certificadas como quilombolas. Porém, dentre essas, conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apenas 7% receberam a posse definitiva das suas terras. Os entraves que fazem com que tenhamos um número reduzido de titulações, se dão principalmente pela ineficiência do estado brasileiro em realizar o processo de delimitação, demarcação e titulação das terras, que hoje é de responsabilidade do INCRA, o que dificulta ainda mais o acesso a outros direitos como moradia, crédito rural, saneamento básico, saúde, educação específica, etc.

Entre os estados brasileiros, a Bahia é o estado com maior número de comunidades quilombolas, com um total de 736 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Essa certificação é o primeiro passo para que uma comunidade inicie o processo de titulação da terra, etapa conduzida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Comunidades quilombolas no Território do Sertão Produtivo

O Governo da Bahia a fim de planejar e executar ações no estado da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir das especificidades de cada região. Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado, a metodologia desenvolvida para definir os territórios e os municípios agregadas a cada um deles, foi com base no sentimento de pertencimento dos sujeitos, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar nessa auto identificação. (Bahia, 2016, p. 13)

O foco da nossa pesquisa é o Território de Identidade denominado *Sertão Produtivo* e compreende os municípios de Brumado, Caculé, Caetité (sede do território), Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real,

Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi.

Segundo os dados oficiais do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Planejamento do Estado, a região que abrange o Território de Identidade Sertão Produtivo “começou o seu processo de concepção social, político-administrativa e cultural entre os séculos XVII e XVIII” (Bahia, 2016, p. 13). Assim iniciava-se a atuação econômica dos seus municípios e todo Alto Sertão da Bahia. Consequentemente, a sua ocupação aconteceu através da distribuição e posse de terras do Sistema Sesmarias, ou seja, na mesma lógica das Capitânicas Hereditárias do século XVI.

Os dados históricos constam que o Alto Sertão Baiano foi povoado pelas fazendas de gado no vale do Rio São Francisco e a exploração de ouro e diamantes nas terras do Sertão Produtivo. Essas duas atividades impulsionaram o processo de colonização na medida em que novos espaços eram tomados com a criação de rebanho e exploração de ouro. Logo os primeiros exploradores do sertão foram fazendeiros, administradores de fazendas, vaqueiros, livres e escravos. Sem falar dos aldeamentos indígenas que também existiam nessas terras e foram dizimados e que faltam estudos.

Temos uma quantidade significativa de 53 de comunidades quilombolas, certificadas pela Fundação Cultural Palmares- FCP na região do Território de Identidade do Sertão Produtivo, dentre os 20 municípios, apenas 10 possuem comunidades quilombolas: Caetité 13, Candiba 01, Contendas do Sincorá 01, Guanambi 01, Ibiassucê 01, Lagoa Real 01, Livramento de Nossa Senhora 15, Palmas de Monte Alto 16, Pindaí 02 e Tanhaçu 02. Os dados apontam o quanto é significativo o percentual de comunidades quilombolas no Território de Identidade do Sertão Produtivo, com destaque aos municípios de Palmas de Monte Alto, Caetité e Livramento de Nossa Senhora.

Comunidades Quilombolas de Caetité

Uma das dificuldades em debater sobre as comunidades tradicionais é a escassa quantidade de produções, pesquisas e acervos específicos sobre elas.

Atualmente, como já mencionado, o município de Caetité possui 13 comunidades certificadas como quilombolas, sendo que existem mais outras 8 com processos de certificação em tramitação junto à Fundação Cultural Palmares, totalizando 21 comunidades negras tradicionais. Dentre essas, apenas a comunidade Sambaíba, possui escola regular. A referida comunidade fica localizada próxima ao distrito de Caldeiras.

É sabido que, os moradores das comunidades rurais brasileiras dependem da terra para sobreviver, e com as comunidades negras não é diferente. Mesmo que algumas comunidades

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



tenham outras fontes de renda, a terra é o principal meio para a sobrevivência dos sertanejos. Sem a terra, essas comunidades tendem a desaparecer, provocando a migração de seus membros para os centros urbanos. Nessas comunidades é notável o esvaziamento, principalmente por parte dos jovens que abandonam suas famílias para buscar empregos em São Paulo ou Mato Grosso para trabalhar com mão de obra no corte de cana ou nas colheitas de algodão, laranja, café e qualquer outro subemprego. A terra como território de identidade dos quilombolas, reforça sua cultura e demarca as lembranças das localizações das casas, das igrejas, terreiros, das casas de farinha, dos pastos, das aguadas, enfim, das áreas designadas para trabalho, culturas agrícolas e práticas culturais desenvolvidas pelos antigos, predominantes até os dias de hoje ou que apresentem vestígios materiais, poderão servir de fortes aliados para que a população possa reivindicar uma demarcação correta de suas terras. (PRATES, 2010)

Quando um grupo passa por diversas configurações em diferentes momentos da história, deve haver sempre o cuidado de não deixar que se percam os traços originais de sua identidade. Os moradores das comunidades quilombolas mantêm muitas práticas culturais antigas que foram aprendidas com seus antepassados e que eles dizem ser uma herança quilombola.

Hoje se percebe uma ligação das comunidades em Caetité com as organizações locais, regionais e nacionais, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais, Movimento de Mulheres Camponesas, associações Quilombolas, CRÁS Rural e principalmente com instituições representativas como Conselho Municipal Quilombola, Fórum Baiano de Educação Quilombola, Conselho Territorial de Comunidades Quilombolas, Secretaria de Educação, CAR, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia - SEPIR.

Do ponto de vista da cultura religiosa, o catolicismo tem presença marcante no Brasil, mas, é sabido o quanto da cultura ancestral africana, adaptada aos ritmos e condições de vida de negros no Brasil, gerou uma profusão de cultos muito rica e diversificada, que hoje sem dúvida, pode-se dizer que as religiões afro-brasileiras têm algo de africanas e de brasileiras, sendo porém, diferentes das matrizes que a geraram.

Nas comunidades quilombolas as práticas religiosas se misturam num sincretismo, que hoje se vê imbricada pelo catolicismo e pelas igrejas protestantes, que cada vez mais se instalam dentro dessas comunidades e algumas criam conflitos com suas tradições culturais africanas.

Outra manifestação que permite uma abordagem de uma “identidade cultural” quilombola para a comunidade são as festas. As práticas culturais têm sido uma aliada no



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



processo de reconhecimento e posse da terra por essas comunidades negras. Os membros das comunidades costumam receber convites para realizar apresentações nas festas regionais, na universidade do Estado da Bahia, Campus VI de Caetitê, nas escolas, nos festejos do 02 de Julho e principalmente há alguns anos com a realização do Encontro das comunidades quilombolas, que se encontra no 10º ano agora em 2019 e surgiu como um evento de celebração da Semana da Consciência Negra quando da entrega das primeiras certidões de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em 2010 e hoje assume proporção regional. Esse encontro é muito significativo visto que promove a integração das várias comunidades e fortalece seus vínculos de identidade. Ali são desenvolvidas atividades culturais como: samba de roda, cantigas, capoeira, ternos de reis, bumba-meu-boi, dança da colheita, maculelê, violeiros, repentistas, batuque, mostra de vídeo, torneio esportivo, dança afro e realização de oficinas de amarrações de turbantes, tranças e confecções de boneca Abaiomi. E ainda acontecem barracas com exposições de produtos da agricultura familiar e artesanato local. O evento encerra com distribuição de mudas de plantas nativas.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria de Planejamento – SEPLAN/SEI – **Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia**. Salvador – BA, 2016. Acessado em 20 de agosto de 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto que Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. >Acessado em 22/05/2019.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 138 de 02 de agosto de 2019**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/portaria_138>Acessado em: 22 maio de 2019.

FIABANI, Adelmir. **Os Novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]**. 2008. f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Um branco pode ser negro. Não é uma questão biológica, mas política In: **Desconfiando: Porque o mundo é maior do que imaginamos**. 2009. Disponível em: <http://desconfiando.wordpress.com/2009/10/15/um-branco-pode-ser-negro-nao-e-uma-questao-biologica-mas-politica/> Acesso em: 20 de agosto de 2019.

TEIXEIRA, Leila Maria Prates. **Comunidade De Tomé Nunes: Memória e Construção Identitária no Alto Sertão Baiano**. Dissertação De Mestrado. Universidade Do Estado Da Bahia, 2010.